

Secretários criticam valor do Fundef

Gasto mínimo por aluno vai para R\$ 349 e estados queriam R\$ 424

• BRASÍLIA. O Conselho de Secretários Estaduais de Educação (Consed) criticou duramente ontem os novos valores do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef), divulgados no início da noite pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza.

O valor mínimo vai subir de R\$ 315 por aluno/ano para R\$ 333 por aluno de 1^a a 4^a séries e para R\$ 349,67 por alunos de 5^a a 8^a séries. Os secretários estaduais e os prefeitos reivindicavam R\$ 424,74.

— É uma frustração para os

secretários. O valor ficou muito aquém das expectativas. Esperava-se que a União assumisse mais responsabilidades no financiamento da educação fundamental — protestou o presidente do Consed, Éfrem Maranhão, secretário de Educação de Pernambuco e presidente também do Conselho Nacional de Educação.

Os novos valores foram fixados pelo Governo depois de reunião entre Paulo Renato e integrantes da equipe econômica, no gabinete do chefe da Casa Civil, Pedro Parente. O

Ministério da Fazenda impediou o reajuste do valor mínimo para os níveis reivindicados por estados e municípios para evitar impacto nas contas.

Com os novos valores, o MEC desembolsará R\$ 860 milhões em repasses para os estados mais pobres — principalmente os do Nordeste — cuja arrecadação não é suficiente para cobrir esse gasto mínimo com a educação. Calcula-se que, se o Governo reajustasse o valor mínimo para R\$ 424,74, como manda a lei do Fundef, teria de gastar mais

de R\$ 2 bilhões com o Fundef este ano, o que não está previsto no Orçamento.

Pela lei, 60% dos recursos do Fundef têm de ser usados no pagamento do salário de professores, o que significa que serão os mais prejudicados com a decisão. Na chamada Carta de Brasília, divulgada ontem, os estados lembram que a União está entrando com apenas 4% da conta do financiamento do ensino fundamental, enquanto os estados respondem por 65% do Fundef e os municípios, com 31%. ■